



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na quarta-feira	Capital de giro Na quarta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,83% São Paulo	102.948 19/11 22/11 23/11 24/11	R\$ 1.100	Na quarta-feira R\$ 5,594 (-0,25%)	R\$ 6,266	6,76%	8,63%	Junho/2021 0,53 Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25
			17/novembro 5,524 18/novembro 5,570 19/novembro 5,609 22/novembro 5,594 23/novembro 5,608				

GOVERNO

Trégua com os servidores

Paulo Guedes busca reconciliação com o funcionalismo, enquanto reforma administrativa patina no Congresso

» TAINÁ ANDRADE

Em evento interno do Ministério da Economia, o ministro Paulo Guedes tentou melhorar a relação com os servidores públicos. Apesar de explicar, à sua maneira, os episódios nos quais foi criticado por xingar a categoria e amenizar a antipatia ocasionada por ele com elogios aos serviços dos colaboradores de sua pasta, ele voltou a defender a reforma administrativa.

O ministro tem retomado o assunto insistentemente. A proposta passou por Comissão Especial, mas está emperrada na Câmara dos Deputados. Precisa ser aprovada no plenário das duas Casas do Congresso. Nas palavras de Guedes, a reforma administrativa é uma tentativa de trazer “modernização, digitalização, maior produtividade e trabalhar com meritocracia” dentro do segmento. Ele pediu apoio à plateia que o assistia, formada por servidores.

“Agora não é só fazer um concurso público e ganhar estabilidade. Você vai fazer um concurso público e será avaliado em sua integridade, na prestação de serviço, na assiduidade, na capacidade de trabalhar em equipe, para então merecer a estabilidade de emprego que os quadros atuais já têm e que continuarão tendo”, ressaltou Guedes. “Eles têm senioridade, experiência suficiente para avaliar os quadros mais jovens. Então, nossa reforma administrativa era basicamente isso”, justificou o ministro.

Apesar do esforço de retórica de Guedes, o fato é que a reforma administrativa proposta pelo governo federal enfrenta sérias dificuldades no Congresso. Não há perspectiva de aprovação da PEC 32 este ano, quando faltam poucas semanas para o recesso de fim de ano.

Se depender do deputado federal Professor Israel (PV-DF), líder da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, a atual proposta não vai prosperar. A estratégia de dificultar a votação, utilizada na Comissão Especial a fim de impedir retrocessos, deverá continuar. “O governo perdeu o debate público. Não era uma reforma séria, que pretendia trazer melhoria. Era de caráter fiscal e enfraquecia o Estado no sentido de que ficaria muito submetido aos ventos da política eleitoral; permitiria a contratação de servidores por meio de análise curricular, processo simplificado, terceirização”, enumerou o deputado. “Mostrou-se ruim ao longo do debate, não conseguiu convencer nem mesmo os parlamentares da base governista”, salientou.

Israel vê uma descoordenação do governo em relação à

proposta. Ele não crê em um esforço do Planalto e do Ministério da Economia para pautar o tema. As tentativas de Guedes, segundo o deputado, partem de uma falta de organização e credibilidade que são recorrentes na gestão de Bolsonaro. “Desencontrado, faz parte do conjunto de falas que faz sem consultar ninguém. A equipe técnica do Guedes contradiz o próprio Guedes e o presidente. Guedes contradiz o presidente. Bolsonaro não responde pelo próprio governo”, criticou o parlamentar da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa.

Voz isolada

Especialistas também avaliam que Guedes está isolado em relação à reforma administrativa. “Uma coisa é ele pedir, outra coisa é o Congresso aprovar. Ele próprio reconhece. Ele está no papel dele, mas parece ser uma voz solitária no governo. É diferente de quando se compara o empenho com a PEC dos Precatórios”, comenta Cristiano Noronha, cientista político da Arko Advice. Segundo ele, para aprovar a PEC dos Precatórios, “o governo envolveu ministros, escolheu o líder do governo para relatar a matéria. É claramente muito ostensivo o empenho do governo que não é o mesmo na reforma administrativa”, acrescentou. “Se a Câmara não percebe o empenho do governo, então o negócio tem um andamento muito lento. Por que vai aprovar uma matéria que não tem certeza se vai avançar no Senado? Os parlamentares poderão se desgastar com o eleitorado de concursados, se não têm certeza do que acontecerá no Senado. Há uma resistência, primeiro, porque não vê o governo com um trabalho sistemático e colocando toda a energia”, analisou.

José Luis Oreiro, professor do departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em macroeconomia e desenvolvimento econômico, acredita que a reforma administrativa precisa ganhar mérito antes de voltar ao debate público. Na avaliação dele, a PEC fragiliza o vínculo do servidor público, visa substituir servidores do Estado por servidores de políticos.

“É consenso entre economistas que não sejam chapa branca que ela é muito ruim. É um retorno à República Velha. Os servidores contratados no novo regime ficarão na mão dos chefes das repartições, que serão ocupados por indicação política. Com isso, aumenta enormemente o espaço de ingerência política no Estado brasileiro. Acaba com a linha que divide o Estado do governo, construído em 90 anos, desde Getúlio Vargas”, explicou.

Gustavo Bezerra/Fotos Publicas



Guedes: ministro insiste em avalizar uma reforma que o próprio governo não demonstra força nem interesse em aprovar

Em compasso de espera

A reforma administrativa voltou a ser tema no Ministério da Economia, mas está longe de figurar como prioridade no Congresso Nacional. Enquanto a equipe de Paulo Guedes defende mudanças no funcionalismo — com muitas ressalvas dos

parlamentares — o presidente Jair Bolsonaro sinalizou a intenção de reajustar o salário dos servidores se houver espaço fiscal com a aprovação da PEC dos Precatórios. Saiba os principais pontos em debate e os atores envolvidos com a PEC 32/2020.

SERVIDORES

- Defendem o arquivamento da PEC 32/2020.
- Investiram cerca de R\$ 1 milhão em material de esclarecimentos à sociedade.
- Promoveram mais de 500 inserções na mídia digital, para intensificar a mobilização e os atos de protesto.
- Acreditam que a categoria está mais unida, apesar das iniciativas do governo de ofertar privilégios a algumas categorias, como as carreiras típicas de Estado.
- Consideram positivo o apoio de deputados de centro e de centro-direita que se posicionaram contra o atual formato da reforma administrativa.

DEFENSORES DA REFORMA

- Cobram a redução imediata de gastos com servidores.
- Reivindicam a adoção de sistema meritocrático.
- Argumentam que as mudanças na administração aumentarão a produtividade.

BALANÇO DO TEXTO DA REFORMA APROVADO NA COMISSÃO ESPECIAL

PONTOS POSITIVOS

- Criação de diretrizes para gestão de desempenho, com critérios de desligamento do servidor efetivo. Todos os servidores passarão por avaliação periódica de desempenho.
- Formulação de diretrizes para gestão de temporários, o que deverá dar mais segurança jurídica para estados e municípios.
- Eliminação de distorções salariais e de benefícios para futuros servidores, incluindo aqueles com mandatos eletivos e membros dos Tribunais e Conselhos de Contas.
- Previsão de desligamento por obsolescência. Tal medida permitirá a criação de legislações que disciplinem esses temas para estados e municípios.
- Melhoria do estágio probatório, um avanço da proposta original de criação de um vínculo de experiência.
- Previsão de lei que regulamente a seleção para cargos comissionados.

PONTOS NEGATIVOS

- Tipificação de carreiras exclusivas de estado na Constituição.
- Não inclusão de juízes, militares e integrantes do Ministério Público na reforma. A proposta de mudanças tampouco se aplica aos servidores atuais.
- Não extinção de privilégios como licença remunerada para disputar eleição, aposentadoria vitalícia e duplo teto.
- Manutenção do Art. 37-A sobre cooperação entre entidades públicas e privadas, cuja redação e objetivo não estão claros.
- Aposentadoria integral e paridade aos servidores das carreiras de segurança pública que ingressaram antes da Emenda Constitucional nº 103/2019.
- Definição das guardas municipais como carreiras de natureza policial.
- Contratação por tempo determinado fragiliza o funcionalismo público, submetendo-o a pressões indevidas.
- A PEC não detalha os critérios para a perda do cargo por ter se tornado “desnecessário”. Essa lacuna pode abrir brecha para perseguições.
- Aumento do espaço de ingerência política, pois a linha que separa Estado de governo será modificada.

Fontes: Fonacate, Servir Brasil, Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, analistas de mercado financeiro e entidades sindicais.

Nova crítica à Petrobras

Durante o 1º Seminário da Corregedoria do Ministério da Economia, Paulo Guedes disse que o papel do governo é “cuidar da população” e não focar em outras questões, como buscar lucro “até excessivo” com a produção de petróleo no Brasil, mercado que é dominado pela Petrobras. “Estamos aqui para cuidar da população e não tentar fazer chapa de aço com prejuízo, petróleo com lucro, que às vezes até o mercado — todo mundo reclama que é até excessivo —, exatamente pela concentração e verticalização do mercado”, comentou o ministro.

A menção vai ao encontro da declaração do presidente Jair Bolsonaro. No fim de outubro, o chefe do Executivo disse que a estatal precisaria reduzir sua margem de lucro. Guedes criticou o modelo intervencionista de governo. “Eu sempre disse que o erro é de modelo. Não são as pessoas em si, mas modelo equivocado, que tem intervenção demais na economia, vai derrapando em direção à corrupção. Você tem gente que era muito idealista, entrou na política e 20, 30, 40 anos depois, está tendo problema na Justiça exatamente porque esse modelo de intervenção não é saudável”, afirmou Guedes.

Segundo ele, a pasta tem feito um trabalho cada vez mais integrado com órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e até a Procuradoria-Geral da República (PGR) para impedir a corrupção. “Exatamente tendo aquela filosofia que é melhor prevenir do que remediar. Mantém altos padrões de integridade, confiança de que precisamos ter um nos outros, de quem ninguém vai desonrar o trabalho dos outros, que toda vez que alguém comete um erro desse toda a classe, a categoria é acusada”, disse.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Professor Israel (PV-DF): “O governo perdeu o debate público”

